



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2018
PROCESSO INTERNO N.º 4.161/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES UTILIZADOS NO PRONTO ATENDIMENTO.

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé torna público que se acha aberta a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Este certame será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações posteriores, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.293, de 05 de dezembro de 2007, Decreto Municipal nº 3.089 de 07 de dezembro de 2005 e Decreto Municipal nº 4.352 de 18 de abril de 2013.

O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do pregão.

A entidade licitante, não se obriga a contratar dos licitantes vencedores, podendo realizar licitação específica para a compra ou contratação de um ou mais itens, hipóteses em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá sempre preferência.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

DATA DA REALIZAÇÃO: 17 DE SETEMBRO DE 2018.

HORÁRIO DE INÍCIO: 09:30H.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala da Coordenadoria Técnica de Licitações e Contratos, localizada no piso superior do Paço Municipal, localizado na Rua 7 de Setembro n.º 701, Centro, Tremembé, CEP 12.120-000. A sessão será conduzida pelo (a) Pregoeiro (a), com o auxílio da Equipe de Apoio, designados em Portaria constante do Processo em epígrafe. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento das empresas interessadas.

ESCLARECIMENTOS: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, no endereço especificado para realização da sessão, e-mail: pregao@tremembe.sp.gov.br e administracao1@tremembe.sp.gov.br ou através do telefone (12) 3607-1000 ramal 1013.

As propostas deverão obedecer às especificações e exigências constantes deste instrumento convocatório.

Integram este Edital os anexos:



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

- I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO;
- III - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO;
- IV - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA;
- V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO;
- VI - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;
- VII - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO.
- VIII - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI ENTRE SEUS PROPRIETÁRIOS, SERVIDOR OU DIRIGENTE OU ENTIDADE CONTRATANTE RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO;
- IX - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;

1. CONSIDERAÇÃO INICIAL

1.1. A estimativa de consumo serve apenas como referência, e não vincula, em hipótese alguma, o consumo efetivo a ser realizado pela Contratante.

1.2. Trata-se de certame licitatório para futura aquisição de peças para manutenção de equipamentos médico hospitalares utilizados no Pronto Atendimento.

2. PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste pregão empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atenderem às exigências de habilitação.

2.2. Não poderão participar nesta licitação as empresas que:

2.2.1. Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País.

2.2.2. Estiverem suspensas para licitar e contratar com o Município da Estância Turística de Tremembé.

2.2.3. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

2.2.4. Possuam como servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação

2.2.5. Estejam constituídas sob a forma de consórcio.

2.2.6. Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

2.3. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

2.4. Cada licitante apresentará uma só proposta, de acordo com as exigências deste Edital.

2.5. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

2.6. A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

3. CREDENCIAMENTO

3.1. Por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes, deverá ser apresentado o que se segue:

3.1.1 - Quanto aos representantes:

a) Tratando-se de **Representante Legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº
4.161/2018

Folha _____

b) Tratando-se de **Procurador**, instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem "a";

c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;

d) O licitante que não contar com **representante** presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

e) Encerrada a fase de credenciamento pelo(a) Pregoeiro(a), não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.

f) Será admitido apenas 1(um) **representante** para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

3.1.2. Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

a) **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação** e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº. 1 (Proposta) e nº. 2 (Habilitação);

3.1.3. Quanto às microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas:

a) **Declaração de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa** visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo IV** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº. 1 (Proposta) e nº. 2 (Habilitação).

3.2. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

4. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A Proposta e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados separadamente, em envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta Comercial

PREGÃO PRESENCIAL N° 101/2018

Denominação da empresa:

CNPJ:

Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação

PREGÃO PRESENCIAL N° 101/2018

Denominação da empresa:

CNPJ:

5. PROPOSTA



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

5.1. A **Proposta** deverá ser apresentada datilografada ou impressa, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.

5.2. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

5.3. Deverão estar consignados na proposta:

5.3.1. A razão social da proponente, endereço completo/CEP, telefone/fax, e-mail (se houver) e CNPJ do licitante;

5.3.2. Preço unitário por lote, em algarismos, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de encargos, impostos, taxas, tributos, frete e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação;

a) O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá ser apresentado **com precisão de duas casas decimais**;

b) Para os licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado.

5.3.3. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da data de abertura dos envelopes, podendo ser prorrogado por acordo das partes;

5.4. Não será obrigatória apresentação de proposta para todos os itens, podendo o licitante apresentar proposta somente para o(s) item(ns) de seu interesse;

5.5. A proposta deverá estar datada e assinada.

6. HABILITAÇÃO

Os licitantes deverão apresentar a documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificações econômico-financeira e operacional, além de declarações complementares, como segue.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1. Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou Ata social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações ou cooperativas, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.1. Os documentos descritos no subitem anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

6.1.2. Os documentos referidos no item 6.1 serão dispensados da apresentação no envelope de habilitação, caso a licitante já os houver apresentado no momento do credenciamento.

6.2. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

6.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e **INSS**, expedida pela Secretaria da Receita Federal;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

6.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** (de acordo com a Resolução conjunta SF/PGE 03 de 13/08/2010) por meio da respectiva Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de negativa, com prazo de validade em vigor na forma da Lei;

6.6. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante a apresentação da Certidão de Regularidade Municipal Mobiliária (notadamente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN).

6.7. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do **FGTS**;

6.8. Prova de inexistência de débitos trabalhistas, por meio de apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.9. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante, com prazo não superior a 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

6.9.1 Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL

6.10. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica, **com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do objeto da presente licitação, nos termos da Súmula 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.**

6.10.1 Cada atestado deve conter: **i)** Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, e-mail); **ii)** Local e data de emissão; **iii)** Nome, cargo e assinatura do responsável pela veracidade das informações.

6.10.2 Licença de Funcionamento do estabelecimento, com validade em vigor, expedida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde, ou por órgão por ele determinado;

6.10.3. Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que apresentará, no ato da assinatura da ata de registro de preços, comprovação do registro da empresa junto ao Conselho Regional de Nutricionistas, bem como do respectivo responsável técnico, com o registro junto ao Conselho Regional de Nutricionistas válido.

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

6.11. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, autenticada por servidor da administração, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticada pelo(a) Pregoeiro(a) ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;

6.11.1. Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

6.11.2. Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho. Os **Anexos V, VIII e IX** deverão ser entregues dentro do Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação.

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.12. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, autenticada por servidor da administração, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticada pelo(a) Pregoeiro(a) ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;

6.13. Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

6.14. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, esta Prefeitura aceitará como válidas as expedidas até **90** (noventa) **dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

6.15. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

6.16. Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante;

6.17. O(a) Pregoeiro(a) ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos **sites** dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico;

6.18. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

6.19. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, a contar da **sessão de abertura dos envelopes**, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

6.20. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 10.520/02;

6.21. Antes da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de se comprovar a veracidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela LICITANTE vencedora do certame, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal (is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocadamente que o objeto apresentado no(s) atestado(s) foi(ram) efetivamente cumprido(s).

7. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. No horário e local indicados neste Edital será aberta a sessão pública, iniciando-se pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados no item 3.

7.2. Encerrada a fase de credenciamento, os licitantes entregarão o(a) Pregoeiro(a) os **envelopes** Proposta de Preços e Documentação de Habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

7.3. O julgamento será feito pelo critério de **menor preço por lote**, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Edital;

7.4. A análise das propostas pelo(a) Pregoeiro(a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo **desclassificadas** as propostas:

7.4.1. Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

7.5. Que apresentem preço ou vantagem baseados exclusivamente em proposta ofertada pelos demais licitantes;

7.6. Que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital.

7.7. Na hipótese de **desclassificação** de todas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá utilizar a faculdade prevista no §3º, do artigo 48, da Lei 8.666/93 ou dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.

7.8. As propostas classificadas serão selecionadas para a **etapa de lances**, com observância dos seguintes critérios:

7.8.1. Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até **10%** (dez por cento) superiores àquela;

7.8.2. Não havendo pelo menos **três** propostas nas condições definidas no item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de **três**. No caso de empate das propostas, serão admitidas todas estas, independentemente do número de licitantes;

7.8.3. O(a) Pregoeiro(a) convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e, os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de **sorteio** no caso de empate de preços;

a) O licitante sorteado em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.9. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à **proposta de menor preço por lote** observada a redução mínima de R\$0,10 (dez centavos de real).

7.10. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.11. Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

7.11.1. Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5%** (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

7.11.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

7.11.3. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência nos termos da LC 123/2006 e apresentar nova proposta no prazo máximo de **5** (cinco) **minutos** após o encerramento dos lances, a contar da convocação do(a) Pregoeiro(a), sob pena de preclusão;

7.11.4. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.8.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

7.11.4.1. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

7.11.5. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

7.11.6. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomarse-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.8.1;

7.11.7. Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem 7.11.6, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

7.12. Após a fase de lances, serão **classificadas**, na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no item 7.8.1, e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.

7.13. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

7.14. O(a) Pregoeiro(a) poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.15. Após a negociação, se houver o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.16. Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do(a) Pregoeiro(a), será verificado o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste Edital.

7.17. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos efetivamente entregues de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.

7.18. A verificação será certificada pelo(a) Pregoeiro(a), anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.19. Esta Prefeitura Municipal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será **inabilitado**.

7.20. Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será **habilitado e declarado vencedor**.

7.21. Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o (a) Pregoeiro (a) examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, será declarada vencedora.

7.22. Da sessão será lavrada **ata** circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio.

7.23. O(A) Pregoeiro(a), na fase de julgamento, poderá promover quaisquer **diligências** julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. Até **dois dias úteis** da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

8.1.1. A petição será encaminhada à autoridade competente pelo certame, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).

8.1.2. Resposta à petição será dada no prazo de 01 (um) dia útil.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

8.2. Eventual impugnação deverá ser **protocolada** no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 701, Centro, Estado de São Paulo.

8.2.1. Admite-se impugnação por intermédio de e-mail ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação do original no prazo de **48 horas**;

8.2.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

8.3. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

8.4. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

8.5. Dos atos do(a) Pregoeiro(a) cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de **três dias** que começará a correr a partir do dia em que houver expediente nesta Prefeitura Municipal para a apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

8.5.1. Na hipótese de interposição de recurso, o(a) Pregoeiro(a) poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente fundamentado à autoridade competente;

8.5.2. O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

8.5.3. As contrarrazões de recurso devem ser protocoladas no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 701, Centro, Estado de São Paulo, CEP 12.120-000, dirigidos ao Prefeito Municipal.

8.6. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo à autoridade competente homologar o certame e determinar a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.7. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de homologação do certame e determinar a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

9. DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA E DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Findo o processo licitatório, a licitante vencedor será convocada a assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta (Anexo III).

9.2. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência da mesma.

9.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados de sua assinatura.

9.4. Consoante o que dispõe o artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93, a Autorização de Fornecimento tem força de contrato, ficando dispensadas as partes da formalização de contrato específico.

10. DA ORDEM DE ENTREGA

10.1. Entregas parceladas, conforme necessidades e condições de armazenamento do Setor.

10.1.2. A quantidade a ser entregue, será pedida pela Secretaria sempre por escrito, via e-mail ou ainda pessoalmente;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

10.2. A Autorização de Fornecimento expedida indicará o nome da Empresa, o local da entrega de material, o item e a quantidade solicitada. A Contratada fica obrigada a entregar o material no prazo pactuado, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas na Ata.

10.3. A Autorização de Fornecimento será enviada ao fornecedor por meio de e-mail informado na proposta comercial da Empresa; será ônus da empresa vencedora comunicar eventual alteração do fax e do e-mail informados em sua proposta comercial.

10.4. O licitante que convocado recusar-se injustificadamente em confirmar o recebimento da Autorização de Fornecimento no prazo de 01 (um) dia útil após o recebimento, poderá sofrer as sanções previstas pela inexecução do ajuste.

10.5. O prazo máximo para a entrega dos materiais é de 10 (dez) dias contados da confirmação do recebimento da Autorização de Fornecimento.

10.6. O responsável pelo recebimento do material fará a conferência da respectiva nota fiscal eletrônica/DANFE podendo, se for o caso, recusá-la parcialmente ou totalmente, caso a mesma apresente discrepância ou não atenda às especificações descritas no termo de referência.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da contratação futura onerarão os seguintes recursos orçamentários e financeiros:

FONTE DE RECURSO PRÓPRIO

11.04.10.302.0072.2.259.339030.01.310000 001 – FICHA 660

FONTE DE RECURSO ESTADUAL

11.04.10.302.0072.2.259.339030.02.300000 002 – FICHA 661

FONTE DE RECURSO FEDERAL

11.04.10.302.0072.2.259.339030.05.300000 005 – FICHA 662

12. FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da respectiva entrega dos materiais, por meio de depósito em conta corrente indicada pela empresa contratada. Para entrega do objeto deverá ser emitida a nota fiscal eletrônica, que deverá ser encaminhada para o e-mail a ser indicado na respectiva Autorização de Fornecimento.

12.2. Quando for constatada qualquer irregularidade na nota fiscal eletrônica, será imediatamente solicitado ao contratado a pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

12.2.1. Caso a contratada não apresente a regularização no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua efetiva apresentação.

13. SANÇÕES

13.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar-se a receber a respectiva Autorização de Fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para este certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

13.2. O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato ou termo equivalente caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

13.2.1. Advertência por escrito;

13.2.2. Multa, conforme limites:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em reparar as irregularidades detectadas na execução contratual;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

13.3. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

13.3.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

13.3.2. Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

13.3.3. Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública do Município da Estância Turística de Tremembé;

13.3.4. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

13.3.5. Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

13.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 13.1 e 13.2.

13.5. A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

13.6. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei n.º. 8.666/93.

13.7. Em caso de possível atraso na entrega do material por fato superveniente à vontade da Contratada, esta deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por, no máximo, mais 5 (cinco) dias úteis.

14. DA PUBLICIDADE

14.1. Os atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, disponível no endereço: <http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial>, conforme dispõe a Lei Municipal n.º 4.238, de 11.02.2016 e, acessoriamente, no sítio *internet* da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, no endereço <http://www.tremembe.sp.gov.br>, link <licitacoes> e no Diário Oficial do Estado, Sessão dos Municípios, Jornal de Grande circulação no Estado de São Paulo.

14.2. Os demais atos, tais como: julgamento das fases licitatórias (habilitação/ Inabilitação e Julgamento das propostas, conforme aplicável), interposição de eventuais recursos e seus julgamentos e a homologação serão publicados no DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, disponível no endereço: <<http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial>>, conforme dispõe a Lei Municipal n.º 4.238,



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

de 11.02.2016 e, acessoriamente, no sítio internet da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, no endereço <<http://www.tremembe.sp.gov.br>>, link <licitações>.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

15.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.3. O(A) Pregoeiro(a), no interesse público, poderá sanar relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

15.5. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

15.6. Não cabe à Bolsa Brasileira de Mercadorias qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

15.7. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;

15.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

15.9. A homologação do presente certame será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Tremembé, no endereço <http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial/>.

15.10. A presente licitação poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.11. Os casos omissos neste Edital poderão ser resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

15.12. Será eleito o Foro da Comarca de Tremembé, Estado de São Paulo, para dirimir toda e qualquer ação decorrente do presente certame, assim como ao cumprimento das obrigações dela decorrentes, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estância Turística de Tremembé, 30 de agosto de 2018.

Marcelo Vaqueli
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2018
PROCESSO INTERNO N.º 4.161/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES UTILIZADOS NO PRONTO ATENDIMENTO.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA

1.1. Considerando que o Pronto Atendimento realiza todos os dias vários atendimentos de urgência e emergência. Considerando que a maioria desses atendimentos necessitam de vários tipos de equipamentos hospitalares, que a realização de exames e diagnósticos, bem como para o atendimento de triagem e classificação de risco. Considerando que o uso contínuo deteriora com certa facilidade os equipamentos, que ora necessitam de assistência técnica, ora necessitam reposição de peças.

1.2. Trata-se de previsão necessária para atender a demanda de consumo para **12 (doze) meses**. Os quantitativos especificados foram estimados conforme o consumo do ano anterior de acordo com o relacionado na tabela abaixo.

2. DESCRIÇÃO DOS ITENS:

LOTE ÚNICO

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
1	2	PEÇA	BATERIA 12V/2,2A COMPATÍVEL COM O CARDIOVERSOR MARCA TEB MODELO C10+.
2	2	PEÇA	BATERIA 12v/4A COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR LEISTUNG LUFT-2-G COM 15".
3	3	PEÇA	CABO PACIENTE 05 VIAS; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".
4	2	PEÇA	CABO PACIENTE 05 VIAS; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO MARCA ALFAMED VITA 600 TELA 12".
5	2	PEÇA	CABO PACIENTE 05 VIAS; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO PRO LIFE P15 TELA 15".
6	8	PEÇA	CABO PACIENTE 10 VIAS; COMPATÍVEL COM O ELETROCARDÍOGRAFO DA MARCA BIONET CARDIOCARE 2000 DIGITAL 12 CANAIS.
7	5	PEÇA	CABO PACIENTE 10 VIAS; COMPATÍVEL COM O ELETROCARDÍOGRAFO DIXITAL EP3 12 CANAIS.
8	1	PEÇA	CAIXA PLÁSTICA SUPERIOR E INFERIOR PARA OXÍMETRO DE PULSO; COMPATÍVEL COM A MARCA EMAI MODELO O-X-P10.
9	4	UNIDADE	CIRCUITO PARA RESPIRADOR EM SILICONE; COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR LEISTUNG LUFT-2-G COM TELA 15".



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

10	2	UNIDADE	CIRCUITO PARA RESPIRADOR PACIENTE COM 5 PEÇA; EM SILICONE; COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR DE TRANSPORTE TAKAOKA MODELO MICROTAK 920.
11	1	PEÇA	CONTROLADOR DIGITAL EM CRISTAL LÍQUIDO; PARA AUTOCLAVE; COMPATÍVEL COM A MARCA STERMAX DIGITAL 60 LITROS.
12	1	PEÇA	DISPLAY LCD 7 POLEGADAS; COMPATÍVEL COM O CARDIOVERSOR MARCA TEB MODELO C10+.
13	1	PEÇA	FILTRO DE AR PARA COMPRESSOR COMPATÍVEL COM O COMPRESSOR SCHULZ 175 LITROS DOIS CABEÇOTES.
14	4	PEÇA	FONTE AUXILIAR; PARA ELETROCARDIOGRAFO PARA +12V/+5V/-5V/-12; COMPATÍVEL COM O ELETROCARDIOGRAFO DIXITAL EP3 12 CANAIS.
15	1	PEÇA	GUARNIÇÃO EM SILICONE PARA PORTA DE AUTOCLAVE; COMPATÍVEL COM A MARCA CRISTOFOLI VITALE 21 LITROS.
16	1	PEÇA	GUARNIÇÃO EM SILICONE PARA PORTA DE AUTOCLAVE; COMPATÍVEL COM A MARCA STERMAX DIGITAL 60 LITROS.
17	2	KIT	KITS DE CABEÇOTE PARA COMPRESSOR COMPATÍVEL COM O COMPRESSOR SCHULZ 175 LITROS DOIS CABEÇOTES.
18	3	PEÇA	MANGUITOS ADULTO DUAS VIAS DE PNI; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".
19	1	PEÇA	MEMBRANA DE PAINEL DE POLICARBONATO; PARA OXÍMETRO DE PULSO; PARA PAINEL FRONTAL; COMPATÍVEL COM A MARCA EMAI MODELO O-X-P10.
20	1	UNIDADE	MOTOR 1 HP (CONS.) PARA COMPRESSOR; COMPATÍVEL COM O COMPRESSOR SCHULZ 175 LITROS DOIS CABEÇOTES.
21	1	PEÇA	PAC DE BATERIA 12V 1900MA PARA OXÍMETRO DE PULSO; COMPATÍVEL COM A MARCA EMAI MODELO O-X-P10.
22	1	PEÇA	PAC DE BATERIA 12V 1900MA; COMPATÍVEL COM O OXÍMETRO DE MESA DIXITAL DX2022 TELA 9".
23	1	PEÇA	PAC DE BATERIA 8V 1900MA PARA RESPIRADOR; COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR DE TRANSPORTE TAKAOKA MODELO MICROTAK 920.
24	3	PEÇA	PAC DE BATERIA COMPATÍVEL COM O ELETROCARDIOGRAFO DA MARCA BIONET CARDIOCARE 2000 DIGITAL 12 CANAIS.
25	1	PEÇA	PLACA DE ECG DIGITAL COM 05 ENTRADAS COMPATÍVEL COM O CARDIOVERSOR MARCA TEB MODELO C10+.
26	1	PEÇA	PLACA ELETRÔNICA DE CONTROLE COM PAINEL DIGITAL PARA AUTOCLAVE; COMPATÍVEL COM A MARCA CRISTOFOLI VITALE 21 LITROS.
27	1	UNIDADE	PLACA FONTE + 12V/+5V 60W; COMPATÍVEL COM O CARDIOVERSOR MARCA TEB MODELO C10+.
28	1	UNIDADE	PLACA FONTE 12V/5V 1600MA; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO ALFAMED VITA 600 TELA 12".



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº
4.161/2018

Folha _____

29	1	UNIDADE	PLACA FONTE 12V/5V 3.3V; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO PRO LIFE P15 TELA 15".
30	1	UNIDADE	PLACA FONTE 12V/5V 80W; COMPATÍVEL COM O ELETROCARDÍOGRAFO DA MARCA BIONET CARDIOCARE 2000 DIGITAL 12 CANAIS.
31	1	UNIDADE	PLACA FONTE COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".
32	1	PEÇA	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL DE ECG; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".
33	1	PEÇA	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL DE ECG; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO MARCA ALFAMED VITA 600 TELA 12".
34	1	PEÇA	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL DE OXÍMETRO; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".
35	1	PEÇA	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL DE PNI; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".
36	1	PEÇA	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL DE PNI; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO MARCA ALFAMED VITA 600 TELA 12".
37	1	PEÇA	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL DE PNI; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO PRO LIFE P15 TELA 15".
38	1	PEÇA	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL PRINCIPAL; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".
39	1	PEÇA	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL; COMPATÍVEL COM O OXÍMETRO DE MESA DIXITAL DX2022 TELA 9".
40	1	PEÇA	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL; COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR DE TRANSPORTE TAKAOKA MODELO MICROTAK 920.
41	1	PEÇA	PLACA PCI DIGITAL DE ECG; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO PRO LIFE P15 TELA 15".
42	1	PEÇA	PLACA PCI DIGITAL DE OXIMETRIA; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO PRO LIFE P15 TELA 15".
43	1	PEÇA	PLACA PCI DIGITAL OXIMETRIA; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO MARCA ALFAMED VITA 600 TELA 12".
44	1	PEÇA	PLACA PCI DIGITAL PRINCIPAL; COMPATÍVEL COM O ELETROCARDÍOGRAFO DA MARCA BIONET CARDIOCARE 2000 DIGITAL 12 CANAIS.
45	1	PEÇA	PLACA PCI PRINCIPAL COM ENTRADAS DIGITAL; COMPATÍVEL COM O CARDIOVERSOR MARCA TEB MODELO C10+.
46	1	PEÇA	PLACA PCI PRINCIPAL DIGITAL; COMPATÍVEL COM O ELETROCARDÍOGRAFO DIXITAL EP3 12 CANAIS.
47	1	PEÇA	PLACA PCI PRINCIPAL; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO MARCA ALFAMED VITA 600 TELA 12".



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº
4.161/2018

Folha _____

48	1	PEÇA	PLACA PCI PRINCIPAL; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO PRO LIFE P15 TELA 15".
49	1	PEÇA	PLACA PCI PRINCIPAL; PARA OXÍMETRO DE PULSO; COMPATÍVEL COM A MARCA EMAI MODELO O-X-P10.
50	2	PEÇA	PLACA PRINCIPAL DIGITAL PARA RESPIRADOR COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR LEISTUNG LUFT-2-G COM TELA 15".
51	1	PEÇA	PRESSOSTATO E ALTA PRESSÃO PARA COMPRESSOR COMPATÍVEL COM O COMPRESSOR SCHULZ 175 LITROS DOIS CABEÇOTES.
52	2	PEÇA	RESISTÊNCIA DE AQUECIMENTO PARA AUTOCLAVE COMPATÍVEL COM A MARCA CRISTOFOLI VITALE 21 LITROS; TENSÃO 220 V 1600W.
53	2	PEÇA	RESISTÊNCIA TIPO TELHA PARA AUTOCLAVE; COMPATÍVEL COM A MARCA STERMAX DIGITAL 60 LITROS; TENSÃO 220 V 1200W.
54	2	UNIDADE	SENSOR DE OXÍMETRO ADULTO TIPO CLIP COM CONECTOR REDEL; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO ALFAMED VITA 600 TELA 12".
55	3	UNIDADE	SENSOR DE OXÍMETRO ADULTO TIPO CLIP CONECTOR DB9; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".
56	3	UNIDADE	SENSOR DE OXÍMETRO ADULTO TIPO CLIP DB9; COMPATÍVEL COM OXÍMETRO DE PULSO DA MARCA EMAI MODELO O-X-P10.
57	2	UNIDADE	SENSOR DE OXÍMETRO ADULTO TIPO CLIP; COMPATÍVEL COM O OXÍMETRO DE MESA DIXTAL DX2022 TELA 9".
58	1	PEÇA	TELA DE LCD 12 POLEGADAS EM CRISTAL; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO ALFAMED VITA 600 TELA 12".
59	1	PEÇA	TELA DE LCD 15 POLEGADAS; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO PRO LIFE P15 TELA 15".
60	1	PEÇA	TELA DE LCD DUAS VIAS DE PNI; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".
61	1	PEÇA	TELA DE LCD EM CRISTAL LÍQUIDO; COMPATÍVEL COM O OXÍMETRO DE MESA DIXTAL DX2022 TELA 9".
62	2	PEÇA	TERMOSTATO DE SEGURANÇA COM CONTATO SECO PARA AUTOCLAVE; COMPATÍVEL COM A MARCA CRISTOFOLI VITALE 21 LITROS.
63	4	PEÇA	VÁLVULA CONTROLADORA 7 PSI; COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR LEISTUNG LUFT-2-G COM TELA 15".
64	4	UNIDADE	VALVULA DE EXALAÇÃO COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR LEISTUNG LUFT-2-G COM TELA 15".
65	3	UNIDADE	VALVULA DE EXALAÇÃO PARA RESPIRADOR; COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR DE TRANSPORTE TAKAOKA MODELO MICROTAK 920.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

4. DA ORDEM DE ENTREGA

4.1. A Autorização de Fornecimento expedida após a assinatura da Ata de Registro de Preços indicará o nome da Empresa, o local da entrega de material, o item e a quantidade solicitada. A Contratada fica obrigada a entregar o material no prazo pactuado, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas na Ata.

4.2. A Autorização de Fornecimento será enviada ao fornecedor por meio de fax e/ou e-mail informado na proposta comercial da Empresa; será ônus da empresa vencedora comunicar eventual alteração do fax e do e-mail informados em sua proposta comercial.

4.3. O licitante que convocado recusar-se injustificadamente em confirmar o recebimento da Autorização de Fornecimento no prazo de **01 (um) dia útil após o recebimento**, poderá sofrer as sanções previstas pela inexecução do ajuste.

4.4. O prazo máximo para o início da entrega dos materiais é de **10 (dez) dias** contados da confirmação do recebimento da **Autorização de Fornecimento**.

4.5. O responsável pelo recebimento do material fará a conferência da respectiva nota fiscal eletrônica/DANFE podendo, se for o caso, recusá-la parcialmente ou totalmente, caso a mesma apresente discrepância ou não atenda às especificações descritas no termo de referência.

4.6. A contratação com licitante registrado, após indicação pelo Órgão Gerenciador do Registro de Preços, será formalizada por intermédio de Ata de Registro de Preços, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de entrega ou outro similar, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8666/93.

5. DA GARANTIA

5.1. O prazo de garantia das peças e acessórios - mínimo de 06 (seis) meses contados a partir da entrega.

5.2. Caso a garantia de fábrica seja maior que o mínimo exigido neste edital, será adotada aquela como correta, devendo o licitante fazer constar este prazo em sua proposta.

6. SANÇÕES

6.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar-se a receber a respectiva Autorização de Fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para este certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

6.2. O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato ou termo equivalente caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

6.2.1. Advertência por escrito;

6.2.2. Multa, conforme limites:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em reparar as irregularidades detectadas na execução contratual;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

6.3. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

6.3.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

6.3.2. Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

6.3.3. Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública do Município da Estância Turística de Tremembé;

6.3.4. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

6.3.5. Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

6.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 4.1 e 4.2.

6.5. A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

6.6. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei nº. 8.666/93.

6.7. Em caso de possível atraso na entrega do material por fato superveniente à vontade da Contratada, esta deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por, no máximo, mais 5 (cinco) dias úteis.

7. ESCLARECIMENTOS

7.1. Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, no endereço especificado para realização da sessão, e-mail: pregao@tremembe.sp.gov.br administracao1@tremembe.sp.gov.br ou através do telefone (12) 3607-1000 ramal 1013.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2018
PROCESSO INTERNO N.º 4.161/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES UTILIZADOS NO PRONTO ATENDIMENTO.

ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º. 46.638.714/001-20 com sede na Rua Sete de Setembro, n.º 701, Centro, Tremembé/SP, CEP 12.120-000, devidamente representada por seu Prefeito, Sr. Marcelo Vaqueli, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade n.º 18.044.364-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob n.º 103.921.948-99, doravante designada **PREFEITURA**, e a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), representada(s) na forma de seu(s) estatuto(s) social (is), em ordem de preferência por classificação, doravante denominada(s) **DETENTORA(S)**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, do Decreto Municipal n.º 4.352/2013, bem como do edital de Pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

DETENTORA

Denominação:

Endereço:

CNPJ:

Representante Legal:

CPF:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

OBJETO: Registro de preços para futura aquisição de peças para manutenção de equipamentos médico hospitalares utilizados no Pronto Atendimento, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência.

1. Características:

LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIT	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	BATERIA 12V/2,2A COMPATÍVEL COM O CARDIOVERSOR MARCA TEB MODELO C10+.	UNIDADE	2		
2	BATERIA 12v/4A COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR LEISTUNG LUFT-2-G COM 15".	UNIDADE	2		
3	CABO PACIENTE 05 VIAS; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".	UNIDADE	3		
4	CABO PACIENTE 05 VIAS; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO MARCA ALFAMED VITA 600 TELA 12".	UNIDADE	2		



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº
4.161/2018

Folha _____

5	CABO PACIENTE 05 VIAS; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO PRO LIFE P15 TELA 15".	UNIDADE	2		
6	CABO PACIENTE 10 VIAS; COMPATÍVEL COM O ELETROCARDIOGRAFO DA MARCA BIONET CARDIOCARE 2000 DIGITAL 12 CANAIS.	UNIDADE	8		
7	CABO PACIENTE 10 VIAS; COMPATÍVEL COM O ELETROCARDIOGRAFO DIXITAL EP3 12 CANAIS.	UNIDADE	5		
8	CAIXA PLÁSTICA SUPERIOR E INFERIOR PARA OXÍMETRO DE PULSO; COMPATÍVEL COM A MARCA EMAI MODELO O-X-P10.	UNIDADE	1		
9	CIRCUITO PARA RESPIRADOR EM SILICONE; COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR LEISTUNG LUFT-2-G COM TELA 15".	UNIDADE	4		
10	CIRCUITO PARA RESPIRADOR PACIENTE COM 5 PEÇA; EM SILICONE; COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR DE TRANSPORTE TAKAOKA MODELO MICROTAK 920.	UNIDADE	2		
11	CONTROLADOR DIGITAL EM CRISTAL LÍQUIDO; PARA AUTOCLAVE; COMPATÍVEL COM A MARCA STERMAX DIGITAL 60 LITROS.	UNIDADE	1		
12	DISPLAY LCD 7 POLEGADAS; COMPATÍVEL COM O CARDIOVERSOR MARCA TEB MODELO C10+.	UNIDADE	1		
13	FILTRO DE AR PARA COMPRESSOR COMPATÍVEL COM O COMPRESSOR SCHULZ 175 LITROS DOIS CABEÇOTES.	UNIDADE	1		
14	FONTE AUXILIAR; PARA ELETROCARDIOGRAFO PARA +12V/+5V/-5V/-12; COMPATÍVEL COM O ELETROCARDIOGRAFO DIXITAL EP3 12 CANAIS.	UNIDADE	4		
15	GUARNIÇÃO EM SILICONE PARA PORTA DE AUTOCLAVE; COMPATÍVEL COM A MARCA CRISTOFOLI VITALE 21 LITROS.	UNIDADE	1		
16	GUARNIÇÃO EM SILICONE PARA PORTA DE AUTOCLAVE; COMPATÍVEL COM A MARCA STERMAX DIGITAL 60 LITROS.	UNIDADE	1		
17	KITS DE CABEÇOTE PARA COMPRESSOR COMPATÍVEL COM O COMPRESSOR SCHULZ 175 LITROS DOIS CABEÇOTES.	UNIDADE	2		
18	MANGUITOS ADULTO DUAS VIAS DE PNI; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".	UNIDADE	3		
19	MEMBRANA DE PAINEL DE POLICARBONATO; PARA OXÍMETRO DE PULSO; PARA PAINEL FRONTAL; COMPATÍVEL COM A MARCA EMAI MODELO O-X-P10.	UNIDADE	1		
20	MOTOR 1 HP (CONS.) PARA COMPRESSOR; COMPATÍVEL COM O COMPRESSOR SCHULZ 175 LITROS DOIS CABEÇOTES.	UNIDADE	1		
21	PAC DE BATERIA 12V 1900MA PARA OXÍMETRO DE PULSO; COMPATÍVEL COM A MARCA EMAI MODELO O-X-P10.	UNIDADE	1		
22	PAC DE BATERIA 12V 1900MA; COMPATÍVEL COM O OXÍMETRO DE MESA DIXITAL DX2022 TELA 9".	UNIDADE	1		
23	PAC DE BATERIA 8V 1900MA PARA RESPIRADOR; COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR DE TRANSPORTE TAKAOKA MODELO	UNIDADE	1		



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº
4.161/2018

Folha _____

	MICROTAK 920.				
24	PAC DE BATERIA COMPATÍVEL COM O ELETROCARDÍOGRAFO DA MARCA BIONET CARDIOCARE 2000 DIGITAL 12 CANAIS.	UNIDADE	3		
25	PLACA DE ECG DIGITAL COM 05 ENTRADAS COMPATÍVEL COM O CARDIOVERSOR MARCA TEB MODELO C10+.	UNIDADE	1		
26	PLACA ELETRÔNICA DE CONTROLE COM PAINEL DIGITAL PARA AUTOCLAVE; COMPATÍVEL COM A MARCA CRISTOFOLI VITALE 21 LITROS.	UNIDADE	1		
27	PLACA FONTE + 12V/+5V 60W; COMPATÍVEL COM O CARDIOVERSOR MARCA TEB MODELO C10+.	UNIDADE	1		
28	PLACA FONTE 12V/5V 1600MA; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO ALFAMED VITA 600 TELA 12".	UNIDADE	1		
29	PLACA FONTE 12V/5V 3.3V; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO PRO LIFE P15 TELA 15".	UNIDADE	1		
30	PLACA FONTE 12V/5V 80W; COMPATÍVEL COM O ELETROCARDÍOGRAFO DA MARCA BIONET CARDIOCARE 2000 DIGITAL 12 CANAIS.	UNIDADE	1		
31	PLACA FONTE COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".	UNIDADE	1		
32	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL DE ECG; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".	UNIDADE	1		
33	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL DE ECG; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO MARCA ALFAMED VITA 600 TELA 12".	UNIDADE	1		
34	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL DE OXÍMETRO; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".	UNIDADE	1		
35	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL DE PNI; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".	UNIDADE	1		
36	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL DE PNI; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO MARCA ALFAMED VITA 600 TELA 12".	UNIDADE	1		
37	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL DE PNI; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO PRO LIFE P15 TELA 15".	UNIDADE	1		
38	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL PRINCIPAL; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".	UNIDADE	1		
39	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL; COMPATÍVEL COM O OXÍMETRO DE MESA DIXITAL DX2022 TELA 9".	UNIDADE	1		
40	PLACA PCI COM ENTRADAS DIGITAL; COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR DE TRANSPORTE TAKAOKA MODELO MICROTAK 920.	UNIDADE	1		
41	PLACA PCI DIGITAL DE ECG; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO PRO LIFE P15 TELA 15".	UNIDADE	1		



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

42	PLACA PCI DIGITAL DE OXIMETRIA; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO PRO LIFE P15 TELA 15".	UNIDADE	1		
43	PLACA PCI DIGITAL OXIMETRIA; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO MARCA ALFAMED VITA 600 TELA 12".	UNIDADE	1		
44	PLACA PCI DIGITAL PRINCIPAL; COMPATÍVEL COM O ELETROCARDIOGRAFO DA MARCA BIONET CARDIOCARE 2000 DIGITAL 12 CANAIS.	UNIDADE	1		
45	PLACA PCI PRINCIPAL COM ENTRADAS DIGITAL; COMPATÍVEL COM O CARDIOVERSOR MARCA TEB MODELO C10+.	UNIDADE	1		
46	PLACA PCI PRINCIPAL DIGITAL; COMPATÍVEL COM O ELETROCARDIOGRAFO DIXITAL EP3 12 CANAIS.	UNIDADE	1		
47	PLACA PCI PRINCIPAL; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO MARCA ALFAMED VITA 600 TELA 12".	UNIDADE	1		
48	PLACA PCI PRINCIPAL; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO PRO LIFE P15 TELA 15".	UNIDADE	1		
49	PLACA PCI PRINCIPAL; PARA OXÍMETRO DE PULSO; COMPATÍVEL COM A MARCA EMAI MODELO O-X-P10.	UNIDADE	1		
50	PLACA PRINCIPAL DIGITAL PARA RESPIRADOR COMPATÍVEL COM O RESPIRADOR LEISTUNG LUFT-2-G COM TELA 15".	UNIDADE	2		
51	PRESSOSTATO E ALTA PRESSÃO PARA COMPRESSOR COMPATÍVEL COM O COMPRESSOR SCHULZ 175 LITROS DOIS CABEÇOTES.	UNIDADE	1		
52	RESISTÊNCIA DE AQUECIMENTO PARA AUTOCLAVE COMPATÍVEL COM A MARCA CRISTOFOLI VITALE 21 LITROS; TENSÃO 220 V 1600W.	UNIDADE	2		
53	RESISTÊNCIA TIPO TELHA PARA AUTOCLAVE; COMPATÍVEL COM A MARCA STERMAX DIGITAL 60 LITROS; TENSÃO 220 V 1200W.	UNIDADE	2		
54	SENSOR DE OXÍMETRO ADULTO TIPO CLIP COM CONECTOR REDEL; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO ALFAMED VITA 600 TELA 12".	UNIDADE	2		
55	SENSOR DE OXÍMETRO ADULTO TIPO CLIP CONECTOR DB9; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".	UNIDADE	3		
56	SENSOR DE OXÍMETRO ADULTO TIPO CLIP DB9; COMPATÍVEL COM OXÍMETRO DE PULSO DA MARCA EMAI MODELO O-X-P10.	UNIDADE	3		
57	SENSOR DE OXÍMETRO ADULTO TIPO CLIP; COMPATÍVEL COM O OXÍMETRO DE MESA DIXITAL DX2022 TELA 9".	UNIDADE	2		
58	TELA DE LCD 12 POLEGADAS EM CRISTAL; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO ALFAMED VITA 600 TELA 12".	UNIDADE	1		
59	TELA DE LCD 15 POLEGADAS; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO PRO LIFE P15 TELA 15".	UNIDADE	1		
60	TELA DE LCD, DUAS VIAS DE PNI; COMPATÍVEL COM O MONITOR MULTIPARAMETRO GUTHEN 1200 TELA 12".	UNIDADE	1		



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

3.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data publicação de homologação.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da respectiva entrega dos itens, por meio de depósito em conta corrente indicada pela empresa contratada. Para entrega do objeto deverá ser emitida a nota fiscal eletrônica, que deverá ser encaminhada para o e-mail a ser indicado na respectiva Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA(S) DETENTORA(S)

5.1. Entregar, nas condições previstas no Edital do Pregão n.º 101/2018 e nesta Ata, os itens de objeto deste ajuste.

5.2. Substituir no prazo ajustado, após notificação, o(s) serviço(s) recusado(s).

5.3. Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

6.1. Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

6.2. Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.

6.3. Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para a entrega dos itens.

6.4. Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade na entrega dos itens.

CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES

7.1. O não cumprimento das obrigações assumidas na presente Ata ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, esta Ata, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência, e ainda, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

7.2. Em caso de possível atraso na entrega dos itens por fato superveniente à vontade da Contratada, esta deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período, ou seja, por no máximo mais 3 dias úteis. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor da contratação, por dia de atraso na entrega dos itens, até o 15º (décimo quinto) dia útil, quando será devida a multa pelos dias de atraso somada a sanção de rescisão unilateral e a multa prevista no item 7.1.

7.3. No caso da não entrega dos itens no dia e horários indicados na Autorização de Fornecimento, ou de sua entrega de forma inadequada, será aplicada a multa prevista no item 7.2, sem prejuízo de rescisão unilateral da Ata e aplicação das sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do Pregão n.º 101/2018 com seus Anexos e a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA(S).

8.2. A existência de preços registrados não obriga a PREFEITURA a firmar as contratações que deles poderão advir.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

CLÁUSULA NONA – FORO

9.1. O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro da Comarca de Tremembé, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.2. Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Estância Turística de Tremembé, xxx de xxxx de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

DETENTORA



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2018
PROCESSO INTERNO N.º 4.161/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES UTILIZADOS NO PRONTO ATENDIMENTO.

ANEXO III DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Eu _____(nome completo), RG nº _____, representante legal da _____(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2018, realizado pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

Cidade, ____ de _____ de 2018.

Representante Legal (RG E CPF)

CARIMBO EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2018
PROCESSO INTERNO N.º 4.161/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES UTILIZADOS NO PRONTO ATENDIMENTO.

ANEXO IV DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é (microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa), nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2018, realizado pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé.

Cidade, ____ de _____ de 2018.

Representante Legal (RG E CPF)
CARIMBO EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2018
PROCESSO INTERNO N.º 4.161/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES UTILIZADOS NO PRONTO ATENDIMENTO.

ANEXO V DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu _____(nome completo), representante legal da empresa _____(denominação da pessoa jurídica), interessada em participar do PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2018, da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, declaro, sob as penas da lei, que a _____(denominação da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho e não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Cidade, ____ de ____ de 2018.

Representante Legal (RG E CPF)
CARIMBO EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2018
PROCESSO INTERNO N.º 4.161/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES UTILIZADOS NO PRONTO ATENDIMENTO.

ANEXO VI PROPOSTA COMERCIAL

DADOS DA EMPRESA LICITANTE:

Nome da Proponente: _____
Razão social: _____ CNPJ n.º.: _____
Banco: _____ Agência n.º.: _____ Conta n.º.: _____
Endereço completo: _____
Telefone: _____ Inscrição Estadual: _____
E-mail pessoal: _____
E-mail institucional: _____

LOTE	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1				

A PROPOSTA DEVERÁ SER ELABORADA ITEM A ITEM E AO FINAL LANÇAR O VALOR TOTAL DO LOTE.

Validade da proposta (não inferior a 60 dias): _____

Prazo de entrega: Conforme Edital e Termo de Referência.

DECLARAÇÕES:

1 - Declaro que os preços cotados não sofrerão qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, e já estão incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de encargos, impostos, taxas, tributos, frete e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto do PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2018;

2 - Declaro que aceito todas as exigências PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2018; e de seus Anexos.

Local, data.

Representante Legal (RG E CPF)
CARIMBO EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2018
PROCESSO INTERNO N.º 4.161/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES UTILIZADOS NO PRONTO ATENDIMENTO.

ANEXO VII TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

CONTRATADA:

CONTRATO N.º (DE ORIGEM):

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES UTILIZADOS NO PRONTO ATENDIMENTO.

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

LOCAL E DATA: _____

CONTRATANTE

NOME E CARGO: _____

E-MAIL INSTITUCIONAL: _____

E-MAIL PESSOAL: _____

ASSINATURA: _____

CONTRATADA

NOME E CARGO: _____

E-MAIL INSTITUCIONAL: _____

E-MAIL PESSOAL: _____

ASSINATURA: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2018
PROCESSO INTERNO N.º 4.161/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES UTILIZADOS NO PRONTO ATENDIMENTO.

ANEXO VIII DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI ENTRE OS PROPRIETÁRIOS SERVIDOR OU DIRIGENTE

DECLARAÇÃO

DECLARA, para os devidos fins que não possui entre seus proprietários, servidor ou dirigente ou entidade contratante responsável pela licitação no âmbito da Administração Pública Municipal de Tremembé.

Local, data.

Representante Legal (RG E CPF)
CARIMBO EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
4.161/2018

Folha _____

PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2018
PROCESSO INTERNO N.º 4.161/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES UTILIZADOS NO PRONTO ATENDIMENTO.

ANEXO IX DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente certame, ciente da responsabilidade de declarar ocorrências posteriores, na forma do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 8666/93 e alterações.

Local, data.

Representante Legal (RG E CPF)
CARIMBO EMPRESA